

Uma abordagem pancrônica da sintaxe portuguesa¹

Lúcia Maria Alves Ferreira

Maria Maura Cezário

Mariângela Rios de Oliveira

Mário Eduardo Martelotta

Sebastião Josué Votre

Resumo

Tomando por base a teoria da gramaticalização (Givón, 1990 e Hopper & Traugott, 1993), o artigo examina aspectos da integração entre cláusulas em diferentes construções sintáticas (cláusulas adverbiais e adjetivas; construções com os verbos *querer*, *mandar*, *deixar*, *poder* e *ver*), em alguns casos em diferentes sincronias da língua. Além de processos de mudança diacronicamente atestados, é observada uma forte tendência à estabilidade de determinadas configurações semântico-sintáticas e usos. Focalizando principalmente as forças que se manifestam através da permanência e da estabilidade e que se atualizam em cada nova situação de comunicação, o artigo propõe uma revisão da hipótese da unidirecionalidade na mudança semântica e sintática nos processos de gramaticalização.

Palavras-chave: gramaticalização; estabilidade; pancronia; unidirecionalidade; mudança lingüística.

¹ Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada na mesa-redonda *A perspectiva pancrônica da integração função-forma na sintaxe do português* do IV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em agosto de 2000.

1 Introdução

Este artigo apresenta os resultados das pesquisas desenvolvidas pelo grupo Discurso & Gramática (UFRJ/UFF/UFRN/UNIRIO) acerca do fenômeno da integração de cláusulas. Num primeiro momento, essas pesquisas tomam como base a teoria da gramaticalização tal como foi formulada em Givón (1990) e Hopper & Traugott (1993), para, em seguida, propor novas extensões à teoria.

As análises aqui desenvolvidas a partir do levantamento de diferentes sincronias da nossa língua sugerem que, ao lado de processos de mudança atestados no curso do tempo, existe uma forte tendência à regularidade ou estabilidade de determinados padrões. Nas construções adjetivas, por exemplo, encontram-se hoje os mesmos índices de subordinação que se encontram no português arcaico. Construções com os verbos *poder* (Ferreira, 2000) e *ver* (Votré, 1999) apresentam, nos diferentes estágios de evolução do português, configurações sintático-semânticas muito próximas às dos termos latinos correspondentes.

1.1 Mudança e estabilidade

Os resultados de nossas pesquisas sugerem que se re-pense o conceito de mudança lingüística, já que os estudos tradicionais tendem a enfatizar as mudanças ocorridas com determinados elementos, deixando de lado as forças que estão na base dessas mudanças. Essas forças se manifestam através da permanência de determinadas tendências que se atualizam em cada nova situação de comunicação.

Observar essas tendências implica revisitar o conceito de *uniformitarismo*, proposto pelos neogramáticos, segundo o qual os mesmos tipos de mudança ocorreram em todas as fases da história das línguas e tenderão a continuar ocorrendo. Labov (1972) utiliza esse princípio, propondo que as descobertas referentes à mudança em progresso podem ser generalizadas para os casos em que a mudança já ocorreu, o que permite que se façam determinadas inferências em relação a possíveis tendências de mudança.

As análises aqui desenvolvidas adotam uma concepção de mudança semelhante em alguns aspectos, embora não se caracterizem por essa visão social da linguagem. Furtado da Cunha, Oliveira e Votré (1999) propõem o termo *pancronicia* (Saussure, 1978) para designar um novo enquadre do fenômeno da mudança, que observa não as relações sincrônicas entre seus elementos ou as mudanças que se observam nesses elementos e nas suas relações ao longo do tempo, mas as forças cognitivas e comunicativas que atuam no indivíduo no momento concreto da comunicação e que se manifestam de modo universal, já que refletem os poderes e as limitações da mente humana para armazenar e transmitir informações. O que importa, então, é conhecer a natureza dessas tendências pancrônicas, que não se enquadram na oposição *sincronia vs diacronia* do modelo estruturalista, cujos problemas já foram apontados em Coseriu (1979).

Nossa proposta de análise prevê que os elementos lingüísticos não possuem uma total autonomia semântica ou um sentido dicionarizado, relacionado à sua estrutura como elemento autônomo. Isso implica desautorizar a proposta tradicional da semântica da referência, segundo a qual uma expressão lingüística é convencional e idiomatizada, semanticamente autônoma e capaz de fazer referência à realidade objetiva, que possui existência independente da compreensão humana, tendo como consequência o fato de as afirmações poderem ser objetivamente verdadeiras ou falsas. Ao contrário, a significação é concebida com caráter elástico, no sentido de que se estende, adaptando-se a diferentes contextos, em função de peculiaridades comunicativas localizadas.

Entretanto essas flutuações de sentido não se dão de modo aleatório. Postula-se que um conjunto de procedimentos mais ou menos previsíveis leva os elementos lingüísticos a assumirem valores diferentes em contextos de usos diferentes. Esses procedimentos estão relacionados a aspectos referentes ao uso concreto da língua, que se identificam com processos metafóricos e metonímicos de extensão semântica.

1.2 Unidirecionalidade vs extensão imagética instantânea

Há, pelo menos, duas maneiras de se conceber o modo como se dá a polissemia de um elemento lingüístico. Uma delas identifica-se com a teoria da gramaticalização, que propõe a existência de trajetórias unidirecionais de mudança. Essa visão de mudança envolve uma seqüência em que a existência de um valor implica a ocorrência anterior de outro. Uma outra análise pode ser encontrada em Votre (1999), que, a partir de evidências de vários estudos desenvolvidos no interior do grupo Discurso & Gramática, propõe uma revisão da hipótese da unidirecionalidade na mudança semântica e sintática nos processos de gramaticalização. Segundo essa visão, o fato de se descobrirem, em estágios anteriores da língua, os mesmos usos encontrados hoje, desafia a hipótese de que, ao longo do tempo, os sentidos vão se abstratizando e as construções sintáticas se tornando mais integradas. A partir de tal concepção, propõe um *princípio de extensão imagética*, segundo o qual a faculdade da metáfora opera de modo instantâneo, disponibilizando as possibilidades e potencialidades na mente das pessoas que interagem na comunidade discursiva, ancoradas no contexto situacional de cada interação. Nesse sentido, os valores que compõem a polissemia de um elemento lingüístico não seriam provenientes uns dos outros, mas sim sentidos de algum modo já previstos uns nos outros.

As análises aqui apresentadas constituem argumentos em favor dessa segunda visão, na medida em que observam fenômenos lingüísticos específicos em diferentes fases da evolução histórica do português, apontando para o fato de que os mesmos usos encontráveis hoje já ocorriam na nossa língua em estágios anteriores.

2 A integração das cláusulas adverbiais²

Não temos evidência, no que se refere às cláusulas adverbiais, de uma tendência geral na direção de um nível de encaixamento semelhante

² Esta seção do artigo, além da Introdução, ficou a cargo de Mário Eduardo Martelotta.

ao que Givón (1990) chamou co-lexicalização, ao analisar o fenômeno de encaixamento das cláusulas objetivas diretas. Entretanto, há alguns casos, envolvendo cláusulas finais, que apresentam grau de encaixamento avançado. Vejamos alguns deles.

2.1 Cláusulas finais

Há alguns usos interessantes de cláusulas finais, que refletem gramaticalização na direção de uma maior integração e que apresentam o verbo no infinitivo. Eis um exemplo:

- (1) ... é muito bagunceira essas turmas... e:: sabe que bagunça todo mundo faz um pouco... né? mas... assim é demais... aí não dá pra ensinar... nego cantando... toda hora... entrando na porta...

Este é um caso diferente da final prototípica, que, a exemplo de Salomão (1990), estamos chamando de construção *habilitativa*. A estrutura **para + infinitivo** e a noção de finalidade estão presentes, mas não há, na cláusula anterior, um verbo de ação, relacionado a um sujeito marcado pelo traço + *intencional*, que visa a alcançar o objetivo expresso na construção encabeçada pela preposição **para**. Por outro lado, esse tipo de construção transmite a idéia de que algo *dá um recurso*, *habilitando* alguém a fazer alguma coisa.

Salomão (1990) vê essa construção como um dos vários padrões oracionais possíveis, envolvendo o verbo **dar**, relacionados por sua conexão com uma construção central, que serve de base para as outras. Eis o exemplo que a autora dá para essa construção central:

- (2) Antônio *deu* um anel pra Maria.

Essa sentença representa o cenário de **transferência de posse**, que é a estrutura conceptual associada a essa construção central. O que motiva o sentido *habilitativo* em (1), relacionando-o à construção central, é o mapeamento da metáfora **recursos são posses** na metáfora **habilidades são recursos**. A metáfora **recursos são posses** ocorre nos exemplos apresentados por SALOMÃO (1990, p. 106):

- (3) a. João me *deu* dinheiro pra eu comprar uma casa.

- b. O Consulado *deu* o visto pro Maurício poder entrar no país.

Nesses exemplos, tem-se ainda um cenário de **transferência de posse**, em que um agente provê os meios pelos quais um receptor se torna capaz de praticar uma determinada ação. A entidade transferida, nesse tipo de caso, é um recurso.

Salomão (1990) afirma que a característica básica da construção *habilitativa*, exemplificada em (1) – [Ø] não dá [Ø] pra ensinar – é que o agente (do verbo **dar**) e o recurso não são especificados, como se pode ver no esquema abaixo:

DOADOR
NÃO ESPECIFICADO

→
RECURSO
NÃO ESPECIFICADO

RECEPTADOR
↓
PARA ALCANÇAR
UM OBJETIVO

Segundo esse esquema, a construção do exemplo (1) apresenta um doador não especificado, que transfere um recurso não especificado a um receptor normalmente especificado, para que esse possa alcançar um objetivo especificado. Essa estrutura cognitiva pode explicar algumas outras construções finais não-prototípicas, também com verbo no infinitivo, em que parece haver maior vinculação:

- (4) ... como você pode *dar* escola se você não tem dinheiro *para construir uma escola?*

Apesar da estrutura **para + infinitivo** e da idéia de finalidade, essa cláusula não constitui uma final prototípica: não há, na cláusula anterior, uma ação à qual se possa relacionar a finalidade expressa pela cláusula grifada. Ao contrário, essa cláusula, que parece penetrar no sintagma nominal, pode ser interpretada como se referindo ao nome **dinheiro**, assumindo assim uma função adjetival: uma espécie de completiva nominal em sentido lato. Portanto, apesar de ser considerada por Bechara (1976:163) como adverbial final reduzida de infinitivo, esse tipo de construção será aqui tratado como um caso de cláusula completiva nominal (por falta de termo melhor), que reflete maior vinculação sintática, uma vez que se integra a um nome localizado no interior da cláusula a que se refere.

Outra construção igualmente interessante é a que está exemplificada abaixo:

- (5) A parte da minha casa que mais gosto é a sala-de-estar, pois é nela que se tem um cantinho e uma luminária que é ideal *para se ler um livro....*

Novamente a cláusula marcada por **para + infinitivo** não apresenta níveis de vinculação típicos de adverbial final, funcionando com uma espécie de completiva nominal, dessa vez, porém, relacionada a um adjetivo (**ideal**).

Os dois últimos exemplos sugerem uma gramaticalização que leva a cláusula, originariamente final, a se encaixar ao elemento nominal antecedente. Podem também ocorrer usos em que cláusulas, originariamente finais, encaixam-se à antecedente, assumindo função de predicativo:

- (6) ... "ah:: o nome dele é Arruda... André..." eu falei "ih... arruda é pra tirar olho grande..." aí o cara... sério... "arruda nada... eu sou cristão... não acredito em nada disso..."

Postula-se também para essas construções um processo de topicalização do elemento que expressa o *recurso*. Haveria um movimento do tipo: *é ideal ler um livro com essa luminária > essa luminária é ideal para se ler um livro* ou *tira-se olho grande com arruda > arruda é pra tirar olho grande*. A ação passa a ser expressa em forma de cláusula final, que indica a

utilidade do recurso, ou seja, a ação passa a ser atribuída ao instrumento e não ao sujeito que o utiliza. Pode-se notar em (6) que o nome *arruda* havia sido mencionado, o que é, possivelmente, um dos fatores responsáveis por sua anteposição na construção analisada. Essa menção anterior do recurso, que caracteriza todos os casos observados no *corpus*, pode ser vista também no exemplo abaixo:

(7) I: minha sala não tem muitos móveis... a gente... tem um te/tem um/ uma televisão... tem um aparelho de som... tem vídeo... ah... não... tem a *rede* também... (fico) entre a *rede* e essa *cadeira* aqui... eh:... *a cadeira é o melhor lugar pra estudar... a rede é o melhor lugar pra ver televisão... não tem nada em volta... tem uma mesinha pequena... uma luminária de pé...*

Os casos de complemento nominal de substantivo são diferentes, já que o *recurso* é apresentado sintaticamente como um sintagma da cláusula anterior, desempenhando, na maioria dos casos, a função de objeto de verbos relacionados ao cenário de **transferência de posse: ter, possuir, perder, ganhar, pedir, dar**, etc. É o que se vê nos exemplos (8):

(8) ... os professores perdem um pouco do estímulo *para dar aula...*

Nesses casos, o *recurso* vem na frente do *objetivo*, mas não propriamente por causa de uma topicalização, mas pelo fato de ser codificado como objeto do verbo da cláusula anterior. Essa estrutura sintática, em que o *recurso* é normalmente anteposto ao *objetivo* pela natureza da função que desempenha na cláusula anteriormente mencionada, propicia o surgimento da cláusula iniciada por *para*, que indica o *objetivo a ser alcançado* com aquele *recurso*.

3 A integração de cláusulas com os verbos *querer, mandar e deixar*³

Através da análise dos verbos volitivos *querer, mandar e deixar* com cláusula completiva, pretendemos testar o Princípio da Proximidade (um dos subprincípios da Iconicidade), segundo o qual quanto mais forte for a conexão semântica de dois eventos, mais íntima é a conexão sintática de duas proposições em uma única cláusula. Para isso, apresentamos duas hipóteses principais relativas a esses verbos: (1^a) verbos como *deixar, mandar e querer*, todos do mesmo grupo (verbos volitivos), devem estar em pontos diferentes do contínuo de gramaticalização e (2^a) um item verbal como, por exemplo, o verbo *deixar* tem diferentes usos no português atual e cada uso pode representar um estágio de gramaticalização.

3.1 Metodologia

Para medirmos os graus de integração de cláusulas (a principal e a subordinada) e estabelecermos estágios de gramaticalização dos usos dos verbos, selecionamos alguns fatores e estabelecemos uma pontuação de acordo com as expectativas de maior ou menor integração. As categorias escolhidas foram: modo da subordinada; tempo simultâneo/não simultâneo; sujeito explícito/não explícito na subordinada; sujeito animado/não

³ Esta seção do artigo ficou a cargo de Maria Maura Cezario.

dados com grau 2. O verbo *querer* apresenta frequência alta de dados com grau 7. Além disso, há dados até o último grau (13%), demonstrando que, desses verbos, *querer* é o que se encontra mais avançado no processo de integração de cláusulas.

As diferenças entre os verbos estudados ficam mais nítidas através dos seguintes agrupamentos:

Tabela (2): Verbos transitivos e agrupamentos de estágios de gramaticalização

GRAUS	VERBOS					
	MANDAR		DEIXAR		QUERER	
	aplic	%	aplic	%	aplic	%
0 A 3	26	28	29	11	28	5
4 A 6	67	72	174	70	118	21
7 A 9	0	0	47	19	405	74
TOTAIS	93	100	250	100	551	100

O verbo *querer* tem 74% de uso com os graus mais altos, enquanto os outros verbos apresentam cerca de 70% dos dados com graus intermediários (4 a 6). O verbo *mandar* atua como pleno, não apresentando dados com graus integração mais altos. Esse verbo é o menos freqüente, com mais restrições contextuais e com usos estruturais e pragmáticos semelhantes a de um verbo pleno prototípico.

O tipo de texto também influencia nos usos mais ou menos integrados das cláusulas com os verbos mencionados, como pode ser visto a seguir:

Tabela (3): Tipos de textos e graus de integração

TEXTOS	ESTÁGIOS								
	MANDAR			DEIXAR			QUERER		
Graus	0 a 3	4 a 6	7 a 9	0 a 3	4 a 6	7 a 9	0 a 3	4 a 6	7 a 9
Número de dados	26	67	0	29	174	47	28	118	405
Narrativas	88%	67%	-	41%	18%	18%	43%	70%	46%
Relato de opinião	7%	19%	-	48%	23%	64%	53%	21%	32%
Rel.procedimento	4%	6%	-	7%	56%	4%	3%	7%	12%
Descrição local	4%	7%	-	-	3%	12%	-	1%	8%
TOTAL	100%	100%	-	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Os usos do verbo *mandar* concentram-se principalmente nas narrativas, tanto no primeiro grupo (graus de 0 a 3) como no segundo (graus de 4 a 6). Neste último, ocorre um aumento de uso nos relatos de opinião. Estes normalmente são mais formais que as narrativas e, sendo assim, apresentam uma estrutura mais sintética, favorecendo os usos com maior integração.

O verbo *mandar* tem um significado concreto (lexical) e necessita de dois participantes, um ser manipulador e um manipulado. As narrativas constituem o tipo de texto em que há referentes humanos que desempenham papéis na história. Portanto, era de se esperar que o verbo *mandar* fosse mais freqüente neste tipo de texto, contribuindo para expressar um ato de controle de um referente humano sobre outro, como em (3) e (4):

(3) a turma toda estava conversando e a professora **mandou** eu sentar ao lado da sua mesa.

(4) então resolvi levantar do banco, mas ele me empurrou e **mandou** eu ficar ali mesmo.

No agrupamento de graus de 0 a 3, o verbo *querer* apresenta uma frequência ligeiramente mais alta nos relatos de opinião. Dados desses tipo têm a estrutura "Querer que + oração finita". Essa estrutura está se tornando infrequente e parece mais formal que a estrutura "Querer + infinitivo". Nos graus de 4 a 6, a frequência do verbo cai nos relatos de opinião, principalmente porque o verbo torna-se um modal expressando vontade e essa marca emotiva está enfraquecida nas argumentações da amostra. O verbo (nos usos com esses graus intermediários) predomina nas narrativas, espaço propício para a expressão subjetiva de vontade. Nos últimos graus, o verbo, mais gramaticalizado, apresenta menos restrições contextuais e se distribui mais homogêaneamente entre os tipos de texto. O texto predominante ainda é a narrativa devido à expressão de vontade dos participantes (exemplo 5).

(5) Logo após a batida começou a juntar um monte de motoristas de táxi querendo intimidar o Alexandre, até que chegou um carro da polícia (Narrativa)

O verbo *deixar* é o mais complexo de todos, uma vez que apresenta maior riqueza semântica e estrutural. Nos estágios iniciais, esse verbo apresenta a estrutura "Deixar que + oração desenvolvida", distribuído quase com a mesma frequência entre narrativa e relato de opinião. No segundo agrupamento, ocorre uma gramaticalização de *deixar*: tornam-se frequentes estruturas como "Deixar algo fritar/ferver/secar.". O verbo não tem mais o sentido de 'permitir', mas o de "aguardar", reforçado por expressões de tempo do tipo "Depois", "ai", etc. A maior parte dos dados com o verbo *deixar* com graus de 4 a 6 está concentrada nos relatos de procedimento. Esse verbo usado dessa forma codifica uma situação em que um ser manipulador precisa fazer algo e aguardar durante um tempo para realizar o procedimento seguinte. O objeto direto do verbo *deixar* é sujeito da cláusula subordinada e é um ser inanimado. Os dados com estes graus (4 a 6) constituem-se de enunciados relevantes para a construção dos relatos de procedimento, porque expressam etapas para o procedimento apresentado, como no exemplo (6):

(6) você põe o macarrão pra... cozinhar... na água... você espera/ bota a água no fogo... **deixa** a água ferver... aí tu vai... bota um pouquinho de óleo... aí depois tu põe o macarrão lá... aí **deixa** ficar dez minutos... cozinhando... você tira o macarrão... põe no escorredor... abre a torneira... tira um pouquinho daquela... () põe uma panela no fogo... com um pouco...

Ocorre uma frequência alta de *deixar* nos relatos de opinião (64%) tendo as cláusulas os graus mais altos de integração (de 7 a 9). Neste caso, ocorre uma gramaticalização de outra natureza, é o uso de "Deixar de + infinitivo", em que o verbo passa a expressar aspecto terminativo e obtém 9 pontos na escala proposta. Esse uso gramaticalizado também tem poucas

restrições contextuais, ocorrendo com alta frequência nos textos escritos, sobretudo nos textos da amostra JB (agrupados na categoria "Relato de opinião"). Esse uso, diferente dos demais empregos desse verbo, permite a presença de sujeito inanimado, o que enfraquece o tom subjetivo dos relatos de opinião e o torna mais formal, como no exemplo (2), em que o sujeito é um SN grande e o núcleo é uma nominalização.

Através desta pesquisa, constatamos diferentes graus de integração de cláusulas no grupo dos verbos volitivos e diferentes estágios de gramaticalização para cada item verbal analisado, coexistindo no português atual.

4 A integração das adjetivas⁴

Em termos de sintaxe oracional, a correlação icônica função-forma se evidencia sobretudo na observância dos níveis de encaixamento das orações: do menor ao maior nível de integração. Estabelece-se, nesses termos, o *continuum* crescente, conforme postulam HOPPER e TRAUOGOTT (1993):

parataxe >	hipotaxe >	subordinação
- dependente	+ dependente	+ dependente
- encaixada	- encaixada	+ encaixada

Em relação às adjetivas, teria havido a derivação funcional *atribuição > definição*, acompanhada da derivação estrutural *cláusula explicativa > cláusula restritiva*. Teríamos assim uma expressão categórica de origem mais antiga, menos integrada do ponto de vista semântico-sintático - a explicativa; e outra mais recente, derivada daquela, uma organização sintática subordinada ao SN a que se refere e de maior ocorrência - a restritiva. Em meio às duas expressões básicas, estaria situada uma série de construções no trânsito da mudança lingüística, em posição marginal.

Procuramos, assim, tratar o vínculo oracional adjetivo como um gradiente, um *continuum* cujos pontos extremos seriam, respectivamente, as orações menos integradas à principal, ou explicativas, que estariam no nível da hipotaxe, e as mais integradas à principal, ou restritivas, no nível da subordinação.

A proposição das categorias adjetivas assim representadas pode dar conta de um processo contínuo de integração semântico-sintática cumpridor de trajetórias cujos pontos extremos podem se resumir nos seguintes:

HIPOTAXE	----->	SUBORDINAÇÃO
discurso	----->	gramática
modo pragmático	----->	modo sintático
aposição	----->	encaixamento
explicação	----->	restrição
elo pronominal	----->	elo relacional

⁴ Esta seção ficou a cargo de Mariângela Rios de Oliveira.

4.1 Variáveis do continuum adjetivo

Na proposta de uma escala de integração das adjetivas, adotamos aquelas variáveis que, no estágio atual de nossas pesquisas, têm se mostrado mais relevantes e produtivas.

A. Informatividade do SN antecedente

Quanto mais indefinido, genérico ou abstrato for o termo que recebe a atribuição, maior a tendência para o uso adjetivo encaixado ou restritivo. A informação veiculada pela adjetiva faz o recorte identificador do SN, num papel fundamental para a especificação do mesmo, portanto, mais integrado formalmente também – valor 0. Já o maior nível de informação do SN tende a tornar mais *dispensável* ou *acessória* a adjetiva, motivando, assim, a hipotaxe explicativa – valor 1.

Valor 1 (presença de informatividade do SN):

- (1) ... tomemos comêço na divinal geeraçom de Jesu Cristo, da qual o evangelista Sam Joan *specialmente fala*, porque... (*Vita Christi*)
- (2) Camaçari e Uratu, onde fica o maior porto baiano, receberão as novas fábricas das coreanas Asia Motors e Hyundai. (Editorial JB)

Valor 0 (ausência de informatividade do SN):

- (3) Tem alguma coisa que separa a casa da rua? (Inquérito 20)
- (4) ... os advogados... que é a minha classe... são/ é uma classe super descreditada... entendeu? (*Corpus Juiz de Fora*)

B. Genericidade da adjetiva

Nos casos de hipotaxe – valor 1, mais raros na grande maioria dos *corpora* até o momento pesquisados, a genericidade da adjetiva é maior – a informação é secundária e menos relevante, uma vez que o SN antecedente já se encontra mais recortado e definido.

Já na subordinação – valor 0, o significado da adjetiva torna-se mais fundamental e saliente, integrado que está ao conteúdo veiculado pelo termo antecedente, funcionando na compensação da generalidade, abstração ou indefinição do mesmo.

Valor 1 (presença de genericidade da adjetiva):

- (5) Em começo era o Verbo, scil., em êsse Deus, que de todos e *havudo por primeiro princípio necessariamente* (*Vita Christi*)
- (6) Por trás de cada vândalo adolescente existe um responsável que tem de responder por ele. (Editorial JB)

Valor 0 (ausência de genericidade da adjetiva):

- (7) Assi como este Dom Pedro era mador de trigosa justiça naqueles que achado era que o mereciam, ... (*Fernão Lopes*)
- (8) O Brasil que recebeu as montadoras nos anos 50 era essencialmente agrícola, com 55% da população vivendo no campo. (Editorial JB)

C. Pausa

De acordo com a orientação funcionalista, quanto mais unidos no plano conceitual estiverem dois termos, mais estarão próximos na ordem linear da expressão lingüística. A pausa, representada na modalidade escrita geralmente pela vírgula, é um fator de *quebra* dessa unidade. Assim, a hipotática adjetiva, como organização sintática de menor integração, costuma estar margeada por pausa (valor 1), enquanto a subordinada, pelo vínculo mais estreito em relação ao SN antecedente, tende a se ligar a este diretamente, sem pausa, numa única seqüência (valor 0).

Os exemplos anteriores confirmam a estreita relação entre presença de pausa e quebra de vínculo. Em (1), (2) e (5), orações em que predominam traços de menor encaixamento, verifica-se a pausa como uma marca estrutural ratificadora da menor integração semântico-sintática. Já nas seqüências (3), (7) e (8), em que prevalece o maior encaixamento, não há pausa, o que confirma a maior proximidade de sentido e forma entre a principal e a adjetiva.

Como estamos propondo tratar as adjetivas como um *continuum* pancrônico de integração, é interessante a observação dos exemplos (4) e (6). No primeiro, a presença de pausa (valor 1) se combina com a pouca informatividade do SN (valor 0). Em (6), ao contrário, a ausência de pausa (valor 0) se articula à genericidade da adjetiva (valor 1).

D. Inserção

Esta variável refere-se também à questão da proximidade como fator de aferição do nível de vínculo da adjetiva. A presença de inserção (valor 1), assim como a pausa, interfere no processo de integração, comprometendo a subordinação.

O exemplo (9) apresenta inserção de uma informação paralela entre o qual e a adjetiva:

- (9) Esta foi figurada per a filha del-rei Astiage, o qual, segundo se diz na Stória Escolática, viu em visom que do ventre de sua filha nascia ua virgem mui fremosa... (Vita Christi)

Em (10), a inserção do marcador *né?* distancia o SN da adjetiva:

- (10) ... você pode ser útil... ajudando muitas pessoas... principalmente peçoas carentes... né? que hoje tão sofridas aí com... a situação do país... (Corpus Juiz de Fora)

4.2 Índice de integração das adjetivas - uma proposta

Distribuídas pelo *continuum* de vinculação proposto, teríamos essas orações localizadas nos seguintes pontos de aglomeração:

HIPOTAXE ----->				SUBORDINAÇÃO	
Grau 4 ⇒	Grau 3 ⇒	Grau 2 ⇒	Grau 1 ⇒	Grau 0	
Integração	Integração	Integração	Integração	Integração	
mínima	baixa	média	alta	máxima	
[9]	[1] [2] [5] [10]		[4] [6] [8]	[3] [7]	

A observação dos resultados a que chegamos enseja alguns comentários. O primeiro deles diz respeito à natureza escalar da organização oracional em estudo. Ao contrário do que sugere a tradição gramatical, constatamos que as adjetivas não se situam tão absoluta e completamente nas categorias *explicativa* ou *restritiva*, mas distribuem-se numa escala, com graus variados de vinculação à principal.

Por outro lado, o fato de não termos atribuído, nas estruturas aqui analisadas, o grau 2 (integração média), ilustra a tendência a uma certa polarização desse arranjo sintático.

Em termos de regularidade, poderíamos dizer que os graus 1 e 0, respectivamente, integração alta e máxima, são os mais encontrados nos *corpora* com que temos trabalhado, o que confirma ser esse o tipo de vinculação preferencial dentre os usuários do português na América, a forma não-marcada por intermédio da qual se articula a oração adjetiva.

Em termos de frequência, a variável D (presença de inserção) é a mais esporádica, ratificando a proximidade de sentido e de forma dos termos envolvidos nesse processo de vinculação. As variáveis A (informatividade do SN) e B (genericidade da adjetiva) tendem a atuar em conjunto.

Os dados apontam ainda para a atuação pancrônica dos processos de vinculação adjetiva. Estruturas oracionais menos integradas, em princípio, representantes de estágios hipoteticamente iniciais de vinculação adjetiva, surgem também na sincronia atual. Nos dados em análise, é atribuído grau 3 (integração baixa) não só para as estruturas [1] e [5], extraídas de *Vita Christi*, como também para as de número [2] e [10], levantadas, respectivamente, de textos escritos e orais da comunidade lingüística brasileira nos anos 90. Em contrapartida, o exemplo [7], colhido em Fernão Lopes, obra representante de sincronia mais antiga, recebe o grau 0 (integração máxima), à semelhança de [3], estrutura do português em uso atualmente.

5 A estabilidade semântico-sintática de *poder* em três sincronias⁵

A análise de ocorrências do verbo *poder* no português contemporâneo e no português do século XVI, bem como de *posse* no latim do século II a.C.⁶, indica que, nas três sincronias, a configuração semântico-sintática do verbo é basicamente a mesma, conforme ilustram alguns dos exemplos a seguir, das sincronias mais distantes, mas que encontram sua contrapartida no português contemporâneo. Enquanto (1) e (2) apontam para a capacidade (ou o poder) do sujeito para realizar a ação, em (3) o sujeito indeterminado contribui para a contextualização de uma (im)possibilidade mais genérica.

(1) Noivo: Eu estou sob vosso poder, / vós de mim **podeis** fazer / como fôr vossa vontade (*Auto das Regateiras* 1030)

(2) Ippiter: Pergin autem? Nonne ego **possum**, furcifer, te perdere?

Aelvmena: Noli amabo, Amphitrvo, irasci Sosiae causa

⁵ Esta seção ficou a cargo de Lucia M. A. Ferreira.

⁶ Cf. Ferreira (2000); as ocorrências do português contemporâneo encontram-se no *Corpus Discurso e Gramática* (DG nos exemplos), organizado por Sebastião Votre e Mariângela Rios de Oliveira e no *Banco de Dados Interacionais do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua* (BDI, nos exemplos), organizado por Cláudia Roncarati; o português do século XVI está representado na fala dos personagens de Gil Vicente (*Barca do Purgatório*) e Antônio Ribeiro Chiado (*Auto das Regateiras*); o latim arcaico do século II a.C é retratado na fala de alguns personagens de Plauto (*Anfitrião*, *Asinaria*).

mea. (*Anfitrião* 5390)

Júpiter: Ainda continuas a insistir! Por ventura eu não posso te destruir, miserável?

Alcmena: Por favor, Anfitrião, não te irrites com Sósia por minha causa.

- (3) Anjo: Pois não se **pode** escusar / a passada dêste rio, / nem a morte s'estorvar, / que é outro braço de mar / sem remédio nem desvio. (*Barca do Purgatório* 66)

As três amostras partilham também de uma outra característica: a indeterminação do sentido de muitas ocorrências. Nem sempre é possível, por exemplo, distinguir entre a capacidade e a possibilidade. São muito frequentes nas três amostras ocorrências como (4), em que, além do atributo inerente ao sujeito, a realização da ação depende também de um fator externo:

- (4) (Reg): [...] O que Vigotsky tá falando aqui é isso: "Aquilo que uma criança **pode** fazer com assistência hoje ela será capaz de fazer amanhã sozinha." (*BDI- 79*)

Da mesma forma, nas três sincronias o verbo é usado em atos de fala manipulativos, com a função de atenuar a força ilocutória do ato de fala, expressando principalmente pedidos e permissões. Nem sempre é possível, contudo, distinguir entre a possibilidade e a permissão ou o pedido. A permissão está fortemente relacionada à presença de uma entidade a que Lyons (1977) denomina *fonte deôntica*. Fontes deônticas fortes favorecem a interpretação das ocorrências como contextualizações da permissão (ou proibição), enquanto fontes deônticas mais fracas favorecem sentidos contextuais mais próximos da possibilidade. A interpretação de enunciados com *poder* e *posse* como atos de fala manipulativos é então decorrente de uma implicatura conversacional relacionada ao domínio da interação pessoal entre os parceiros da comunicação e não ao domínio do conteúdo. No exemplo a seguir, Pero Vaz (séc. XVI) está pedindo para ver a escrava, parte do dote de Beatriz, noiva de seu filho.

- (5) Velha: E dar-vos-ei ua escrava / que trabalha como zeina: / amassa e esfrega e lava.

Pero: E essa não se **pode** ver?

Velha: Sim, Jesu, logo ness'hora. / Cadela, saí ca fora! (*Auto das Regateiras* 787)

Nos exemplos latinos a seguir, *posse* é usado da mesma forma que no português contemporâneo, em atos de fala manipulativos que, enunciados por fontes deônticas fortes, podem ter a força ilocutória de ordens:

- (6) Mercvrius: **Possu**m scire, quo profectus, cuius sis, aut quid ueneris?

Sósia: Huc eo, eri sum seruus. (*Anfitrião* 346)

Mercúrio: Posso saber onde vais, a quem pertences ou por que vieste?

Sósia: Vou para lá. Sou servo de meu amo.

- (7) Ivppter: Nimis iracunda es.

Alcmena: **Potin** ut abstineas manum? (*Anfitrião* 903)

Júpiter: Estás muito irritada.

Alcmena: Podes tirar a mão de mim?

(Alcmena, pensando estar diante do marido, pede-lhe/ ordena-lhe que se afaste dela)

A análise desses exemplos de sincronias tão distantes evidencia que basicamente as mesmas estratégias comunicativas e as mesmas inferências relacionadas ao uso de *poder* e *posse* vêm sendo usadas pelos falantes há pelo menos 22 séculos e são responsáveis pela ambigüidade pragmática associada aos usos do modal.

Além de aplicados ao domínio sócio-físico e ao domínio da interação, como nos exemplos (1) a (7), os enunciados com *poder* aplicam-se também ao domínio epistêmico, mais abstrato, onde a possibilidade tem caráter não-factual, codificando a atitude subjetiva do falante diante do conteúdo da proposição, conforme ilustrado a seguir:

(8) I: nunca...pra falar a verdade...nunca digo que eu sei fazer alguma coisa...eu sempre parto do princípio que alguém sabe fazer melhor do que eu...**posso** não conhecer mas...alguém algum dia vai aparecer sabendo fazer melhor do que eu...
(DG 127)

=É possível [eu não conhecer]

(9) Pero: E esta de qu'anos será? (*referindo-se à idade da escrava*) [...]

Velha: Não queira Deos que vos menta: / houve-a no tremor da terra; / **pode** agora ser essa perra môça d'alguns cinquenta, / salvante s'a conta erra. (*Auto das Regateiras* 806)
= *Pode ser que ela tenha uns cinqüenta anos/ É possível que tenha*

A possibilidade epistêmica é freqüentemente contextualizada pela co-ocorrência de *poder* e *ser* no português arcaico e contemporâneo. *Posse* e *esse* também co-ocorriam no latim arcaico expressando a possibilidade epistêmica. O exemplo a seguir, uma construção não-assertiva, expressa a negação da possibilidade.

(10) Demaenetvs: Non esse seruus peior hoc quisquam potest / Nec magis uersutus nec quo ab caueas aegriu. (*Asinaria* 118)

Ninguém pode ser um escravo pior do que esse

Nem tão astuto nem tão difícil de quem você tenha que se precaver

5.1 Implicações teóricas da análise

As hipóteses correntes acerca do desenvolvimento do sentido modal prevêm trajetórias diacrônicas de abstratização. No caso dos sentidos de *poder*, a hipótese seria que o sentido de capacidade, mais concreto, antecederia o da possibilidade e este o de permissão. Da mesma forma, a possibilidade mais factual antecederia a expressão da possibilidade epistêmica, mais abstrata (cf. Traugott, 1989; Sweetser, 1990); Bybee, Perkins & Pagliuca, 1994; Rigoni Costa, 1995).

Se tomarmos por base os dados aqui apresentados, podemos afirmar que, em sua maioria, as noções contextualizadas pelo verbo *poder* no português contemporâneo já estavam disponíveis em *posse* na fase arcaica

da língua latina. Os dados não confirmam, portanto, a hipótese de anterioridade temporal de um sentido em relação ao outro. Por outro lado, a estabilidade e continuidade semântico-sintática em sincronias tão distantes entre si é forte evidência da relação cognitiva entre as noções expressas pelo verbo, ou seja, de relações estáveis entre dimensões concretas e abstratas de caráter atemporal, existentes na mente dos falantes há pelo menos 22 séculos, e que se atualizam a cada momento, em cada enunciado.

6 Uma análise pancrônica do verbo *ver*⁷

O estudo de *ver* oferece evidência de variabilidade contextual no interior da estabilidade semântica. É o que pode verificar em Plauto, no século segundo a.C. No *Amphitryon*, com 42 dados de *videre*, temos:

1. ver, literalmente, como no diálogo entre Alcmena e Anfitrião:

Alcmena: - Atque me nunc proinde appellas, quase multo post **videris**?

Como fala assim comigo, após teres me *visto* há pouco?

Anfitrião: - Immo equidem te nisi nunc hodie nusquam **vidi** gentium.

De fato, não *vi* você esta manhã, estou seguro disso!

2. experimentar, perceber, não necessariamente com os olhos, como na fala de Blepharo:

- Vos inter vos partite: ego abeo, mihi negotium est, neque ego unquam usquam tanta mira me **vidisse**, censeo.

Vocês, dêem o fora! Estou fora disso. Até hoje, nunca *vi* tanta coisa fantástica, certamente.

3. verificar, checar, como na ordem de Anfitrião para que se controle o barco:

- Sequere hac igitur me; nam mihi istuc primum exquisito est opus. Sed **vide** ex navi efferantur ut quae imperes compareant. Por favor, fiquem comigo. Primeiro, cabe resolver este mistério. Mas *vejam* tudo o que sair dos navios, para que venham para cá.

4. perceber com os olhos, como na fala de Sósia, a respeito de Mercúrio:

- Salvus sum, non me **videt**.

Estou salvo, ele não me *vê*.

5. perceber com os ouvidos, ouvir, como no comentário de Mercúrio:

- Hinc enim dextravox auris, ut **videtur**, verberat.

De fato, pelo que *vejo*, alguma coisa soa no ouvido direito

6. experimentar a extensão do tempo, como no comentário de Sósia sobre a noite:

- Neque ego hac nocte longiorem me **vidisse** censeo.

Nunca *vi* uma noite tão comprida como esta.

⁷ Este estudo é parte do relatório de estágio de pós-doutorado de Sebastião Votre na Universidade de Califórnia, Santa Bárbara, 1999.

As acepções semânticas que acabamos de registrar para o latim arcaico de Plauto são sensivelmente as mesmas que encontramos para o *português* arcaico, na Carta de Caminha, e para o século XVI, no teatro vicentino.

Na *Carta de Pêro Vaz de Caminha*, com 31 ocorrências de *ver*, temos a idéia de verificar em exemplos como:

7. - e fomos de longo dacosta com os batees e esquesfes amarados perpopa contra onorte para **veer** se achavamos alguua abrigada e boo pouso omde jouvesemos pera tomar agoa e lenha....

A idéia de verificar também pode ser atestada no exemplo seguinte, dirigido ao rei:

8. - Ora **veja** vosa alteza quem em tal jnocemça vivem ensinamdolhes oque perasua salvacom perteeçe.

No teatro vicentino, (*Auto das Barcas e Inês Pereira*) com 80 ocorrências de *ver*, ao lado do sentido da visão física ocorre o de verificar, como em (9), e checar, como em (10):

9. Diabo: - Ora entrai nos negros fados,/ ireis ao lago dos cães,/ e **vereis** os escrivães / como estão prosperados!

10. Verificar, checar: (302)

Anjo: - **Veremos** se vem alguém / merecedor de tanto bem / que deva de entrar aqui.

Não encontramos sequer uma evidência de movimento do concreto para o abstrato, na trajetória de *ver*, do latim arcaico para o português.

7 Algumas considerações finais

Os estudos incluídos neste artigo oferecem evidência para uma abordagem pancrônica da variação, mudança e continuidade sintática e semântica, a partir de análise contrastiva de diferentes sincronias, na trajetória que vai do latim arcaico ao português brasileiro contemporâneo.

Elaboramos a proposta de um princípio de extensão imagética, não necessariamente desenvolvida na linha do tempo. As suas virtualidades e potencialidades semânticas se tornam disponíveis na mente das pessoas que interagem na comunidade discursiva, ancoradas no contexto situacional de cada interação. Segundo esse princípio, as tendências presentes num dado momento da história da língua devem ter atuado no passado, atuam no presente e continuarão a atuar da mesma forma, indefinidamente. Enfatizamos relações entre diferentes níveis de abstração dos sentidos, sem garantir qual resultou de qual. Atestamos que sentidos abstratos hoje disponíveis na língua eram manifestados e estavam mesmo fossilizados, quer no português quinhentista, quer em latim, o que implica que, ao menos a partir das evidências que temos, os sentidos não se tornam, necessariamente, mais reduzidos, genéricos ou abstratos, no curso do tempo.

A dificuldade em identificar e classificar alguns sentidos e usos apontaria para o caráter complexo, e não totalmente gramaticizado do fenômeno que está sendo analisado. A alternativa de análise supõe uma revisita

do conceito de língua de Bolinger, clássico no funcionalismo lingüístico. Em vez de uma estrutura maleável, que se adapta continuamente, para dar conta das necessidades comunicativas, entendemos que a língua, em seus diversos setores e unidades, pode manter-se e/ou adaptar-se continuamente, para dar conta de pressões contextuais, sem garantir que maleabilidade implique unidirecionalidade. Embora não de forma consensual, há indícios de uma postura de reserva em relação às metáforas direcionais, a exemplo de reanálise, unidirecionalidade, mudança semântica e desbotamento semântico para certos usos do léxico.

Há consenso relativo em que o português no Brasil se mostra estável, no período de cinco séculos, com pontos tênues de variação e com indicativos de mudança restritos a lugares específicos da estrutura. Estamos alargando para vinte e dois séculos a tese da estabilidade, com novas evidências em favor do princípio do uniformitarismo lingüístico, que permite uma visão mais ampla da natureza e dos mecanismos de funcionamento da língua do que a visão sincrônica (estática) e do que a visão diacrônica, que esquece ou omite a natureza sistemática e estável da língua. A abordagem representa uma opção explícita pela análise de dados em situação real de ocorrência.

Abstract

Based on the principles of grammaticalization theory (Givón, 1990; Hopper & Traugott, 1993), this article examines aspects of clause combining in different grammatical constructions (adverbial and adjectival clauses; constructions with the verbs querer (want), mandar (tell, order), deixar (allow, let), poder (can, may) and ver (see), in some cases in different synchronies of the Portuguese language. Not only linguistic change is observed in the data examined, but also a strong tendency towards the permanence of certain constructions and uses. Focusing mainly on the forces that motivate linguistic stability and continuity and that manifest themselves in each new instance of communication, the article proposes to review the hypothesis of unidirectionality in semantic and syntactic change in the grammaticalization process.

Keywords: grammaticalization; linguistic stability; unidirectionality; panchrony; linguistic change.

Referências

- BECHARA, Evanildo. *Lições de português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.
- BOLINGER, Dwight. *Meaning and form*. London: Longman, 1977.
- BYBEE, Joan; PERKINS, Revere & PAGLIUCA, William. *The evolution of grammar*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança lingüística*. Rio: Presença, 1979.
- FERREIRA, Lucia Maria Alves. *A estabilidade semântico-sintática do modal poder: evidências em três sincronias*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. Tese de doutorado.
- FURTADO da CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariângela Rios de & VOTRE, Sebastião Josué. A interação sincronia / diacronia no estudo da sintaxe. In: *D.E.L.T.A.*, São Paulo, vol. 5, n° 1, 1999.
- GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1990.
- HOPPER, Paul J. & TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LYONS, John. *Semantics 2*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- RIGONI COSTA, Maria Cristina. *Modalidade e gramaticalização: estratégias discursivas na fala carioca*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- SALOMÃO, Maria-Margarida Martins. *Polyssemy, aspect and modality in Brazilian Portuguese: the case for a cognitive explanation of grammar*. Tese de Doutorado. Berkeley: University of California, 1990.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1978.
- SWEETSER, Eve. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs. On the rise of epistemic meaning: an example of subjectification in semantic change. *Language* 65, 1989.
- VOTRE, Sebastião Josué. *Cognitive verbs in Portuguese and Latin - unidirectionality revisited*. Santa Barbara: Universidade da California, 1999. (Mimeo)